

processo, expulsão do país, condenação. A essa figura singular, cuja folha diária foi expressão das forças mais democráticas da fase, esqueceram os historiadores oficiais, e não inconscientemente alguns, na obediência da valorização sistemática, no amplo período do processo da Independência, como em outros, de figuras menores, mas conservadoras ou retrógradas, que as gerações vêm homenageando, imerecidamente, como as que realizaram a Independência e deram forma ao novo Estado.

A coerência do pensamento de Soares Lisboa, aliás, foi excepcional numa fase difícil como aquela em que procurou orientar a opinião brasileira, a da Corte em particular, quando figuras as mais iminentes mudavam, passavam do avanço ao recuo, permaneciam cegas, distanciando-se do essencial pela atração do secundário, circulando de um lado a outro, ora em posição liberal ora em posição conservadora. Tudo natural, dentro de certos limites, numa fase confusa, tormentosa, mutável, de sucessão rápida de acontecimentos. Mas por isso mesmo é que a lucidez da visão de Soares Lisboa, a sua clareza na orientação, a sua firmeza na conduta e a sua coerência no processo é surpreendente e lhe dá a marca de grandeza até agora omitida. Não era ele homem culto, pelo menos não recebera a formação sistemática que marcava as pessoas cultas do tempo — não passara pelos bancos de Coimbra, por exemplo. Ao que indagava, não sem espírito: “mas quantos estúpidos foram a Coimbra e voltaram da mesma forma, senão piores?”

Português de nascimento, vindo jovem para o Brasil, orgulhava-se de ter sido o primeiro a reclamar de público a Independência. Quando apoiou a convocação dos procuradores provinciais, viu o perigo de faltar ao príncipe um legislativo e justificou com objetividade a sua existência: “Como havia ele (o príncipe) satisfazer melhor os bons desejos dos povos do que ordenando-lhes que nomeassem seus procuradores, para com eles discutirem o melhor método e mais fácil meio de alcançar tão justos como necessários fins?” Buscando esclarecer a opinião sobre a necessidade de convocar uma Constituinte, escreveria: “Concidadãos, a nossa liberdade está em perigo, nosso risco é iminente, o remédio deve ser pronto e legal. Temos o mais legítimo de todos os legítimos poderes executivos, na pessoa do nosso Regente; não podemos dispensar-nos de ter o legislativo. Só gozando os mesmos direitos e liberdade que gozam os nossos irmãos de Portugal, podemos conservar com eles a união. Só assim seremos como eles felizes. Seja uma voz de todos e representemos ao nosso Regente que queremos, porque precisamos, já, já e já, Cortes, Cortes, Cortes”.

Hesitando D. Pedro no caso da Constituinte, não trepidou em interpelá-lo, audaciosamente: “Senhor, falemos claro: ou V. A. R. quer repre-